



Destaque da Quinzena

[Comissão aprova proibição de capital estrangeiro na assistência à saúde](#)

Participação foi permitida pelo Congresso Nacional em 2015, e a proposta quer retomar o sentido original da Lei Orgânica da Saúde

Câmara dos Deputados – 30/11/2018

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 1721/15](#), da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que proíbe a participação de empresas de capital estrangeiro na assistência à saúde.

A participação estrangeira no setor foi autorizada pela [Lei 13.097/15](#), que alterou a Lei Orgânica da Saúde ([Lei 8.080/90](#)). Até então, a presença de capitais externos estava restrita aos organismos internacionais vinculados à organização das Nações Unidas (ONU), às entidades de cooperação técnica e às de financiamento e empréstimos.

Pela proposta aprovada, o capital estrangeiro somente poderá atuar na saúde em duas situações: por meio de organismos vinculados à ONU e de empréstimos e doações, retomando a redação anterior da Lei Orgânica da Saúde; e para atender empregados de empresas, desde que não haja ônus para a seguridade social e não tenha fins lucrativos.

O parecer do relator, deputado Helder Salomão (PT-ES), foi favorável à proposta. “Os capitais estrangeiros, naturalmente descompromissados com a promoção da saúde nacional, centrariam, obviamente, suas atenções nos nichos mais lucrativos do mercado”, disse. “A abertura do mercado nacional poderia provocar a drenagem de profissionais da saúde hoje pertencentes ao Sistema Único de Saúde”, completou.

Tramitação

Já aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, o projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Câmara dos Deputados

[Trabalho aprova divulgação na internet de lista de pacientes para cirurgia, consulta e exame](#)

30/11/2018

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou proposta ([PL 10106/18](#)) que obriga os governos a publicar na internet as listas de pacientes das cirurgias eletivas em hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS). O texto aprovado restringe o acesso à lista para os gestores do SUS e aos pacientes em espera.

[Seguridade Social aprova criminalizar divulgação não autorizada de prontuário médico](#)

30/11/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou proposta que tipifica crime por divulgação não-autorizada de imagens, exames e de dados de prontuários de pacientes sob cuidados de profissionais de saúde. A pena é de três meses a um ano de detenção com multa. O texto aprovado é um substitutivo da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) ao [Projeto de Lei 7237/17](#), do deputado Jorge Solla (PT-BA). A relatora incluiu a divulgação de informações sobre exames no mesmo crime.

[Finanças rejeita proposta que isenta dietas hospitalares especiais de contribuições sociais](#)

30/11/2018

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados rejeitou o [Projeto de Lei 7771/14](#), do deputado Alexandre Leite (DEM-SP), que pretende reduzir a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta obtida com o fornecimento de dietas enteral e parenteral aos pacientes na rede hospitalar.

[Anvisa defende uso de medicamentos biossimilares](#)

29/11/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou audiência pública nesta quinta-feira (29) para discutir a regulamentação da intercambialidade entre medicamento biológico e o equivalente (o biossimilar). Os biológicos são produzidos a partir de organismos vivos e servem para tratar doenças como o câncer e a artrite reumatoide.

[Comissão aprova presença de um fisioterapeuta para cada dez leitos em UTIs](#)

29/11/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, nesta quarta-feira (28), o [Projeto de Lei 1909/15](#), do deputado Heráclito Fortes (DEM-PI), que obriga a presença de pelo menos um fisioterapeuta, em tempo integral, para cada dez leitos de internação em unidades de terapia intensiva (UTIs) públicas e privadas.

[Empresas pedem mais tempo para se adaptar ao E-Social](#)

29/11/2018

Em audiência pública das comissões de Ciência e Tecnologia, e Seguridade Social, realizada nesta quinta-feira (29), representantes de empresas reclamaram que não estão preparados para cumprir os prazos de implantação do sistema E-Social definidos pelo governo.

[Comissão rejeita folga para trabalhadora durante período menstrual](#)

29/11/2018

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados rejeitou proposta que permite à mulher se afastar do trabalho por até três dias ao mês durante o período menstrual. O [Projeto de Lei 6784/16](#), do deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), também já havia sido rejeitado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O texto prevê a compensação das horas não trabalhadas, a fim de não haver prejuízo para a empresa.

[Comissão aprova mensagem na internet contra autodiagnóstico de doenças](#)

29/11/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta que obriga a divulgação de advertência sobre automedicação e autodiagnóstico em colunas, artigos, blogs ou matérias de internet que divulguem informações sobre características, diagnóstico ou tratamento de enfermidades médicas ou odontológicas. O texto aprovado é o substitutivo do deputado Odorico Monteiro (PSB-CE) ao [Projeto de Lei 9196/17](#), do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). O substitutivo padroniza o conteúdo da mensagem de advertência prevista no projeto original.

[Comissão rejeita texto do Senado e mantém fim de justa causa para alcoolismo](#)

29/11/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados rejeitou mudanças do Senado e manteve a proposta da Câmara que cancela a possibilidade de demissão por justa causa motivada por embriaguez habitual ou em serviço. Esse ponto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é revogado pelo [Projeto de Lei 206/03](#), aprovado pela Câmara em 2010. A alteração feita pelo Senado autorizava o empregador a suspender a vigência do contrato de trabalho de empregado que apresentar sintomas de dependência crônica do álcool.

[Seguridade Social aprova reavaliação de validade de medicamentos registrados](#)

29/11/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta que prevê a alteração do prazo de validade de medicamentos se houver evidências científicas que comprovem a eficácia das substâncias além do previsto no registro original. A proposta ([PL 10.166/18](#)) é de autoria da Comissão Especial destinada a estudar o processo de inovação e incorporação tecnológica no com-

plexo produtivo da saúde, no Brasil e no mundo, que teve relatório aprovado em abril de 2018.

[Projeto que exige contador de dose em bombinha de asma é aprovado na segunda comissão](#)

29/11/2018

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (28) proposta que obriga fabricantes de inaladores de medicamentos, as chamadas “bombinhas de asma”, a instalarem dispositivo no aparelho que mostre o número de doses restantes. Relator no colegiado, o deputado Covatti Filho (PP-RS) defendeu a aprovação da proposta – [Projeto de Lei 120/15](#), do deputado Juscelino Filho (PMB-MA) – na forma do [substitutivo adotado em 2015 pela Comissão de Defesa do Consumidor](#).

[Criada Frente Parlamentar em Defesa da Nova Política de Saúde Mental](#)

29/11/2018

Deputados e senadores, apoiados por entidades representativas da sociedade civil ligadas à área da saúde, lançaram ontem a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Nova Política Nacional de Saúde Mental e da Assistência Hospitalar Psiquiátrica. O novo grupo reúne 203 deputados e 4 senadores.

[Audiência debaterá contratação de pessoas com deficiência pelas empresas](#)

28/11/2018

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados realiza nesta tarde audiência pública para debater o dispositivo da legislação que exclui o aprendiz com deficiência para o fim de cumprimento da cota de contratação de pessoas com deficiência pelas empresas. A Lei 8.213/91 obriga as empresas com 100 ou mais empregados a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. Essa lei foi modifica-

da pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - [13.146/15](#)), que incluiu dispositivo para deixar claro que o aprendiz com deficiência não compõe essa cota.

[Venda de remédios em supermercados divide opiniões em audiência pública na Câmara](#)

27/11/2018

Profissionais de saúde e empresários se mobilizaram diante do projeto de lei ([PL 9482/18](#)) que permite supermercados e outros estabelecimentos comerciais venderem remédios que não precisam de receita. Em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (27), os debatedores lembraram que não é a primeira vez que o Congresso discute o tema.

[Câmara aprova urgência para projeto sobre digitalização de prontuários do SUS](#)

27/11/2018

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 285 votos a 15, o pedido de urgência para o [Projeto de Lei 10107/18](#), do Senado, que disciplina o processo de digitalização de prontuário de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

[Debatedores cobram reconhecimento da ultrassonografia como especialidade médica independente](#)

27/11/2018

Especialistas pediram nesta terça-feira (27) na Câmara dos Deputados, em audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP), o reconhecimento da ultrassonografia como área de atuação e especialidade médica independente.

[Câmara aprova cirurgia de reconstrução mamária para mulheres mastectomizadas](#)

27/11/2018

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou projeto que determina que a cirurgia plástica reconstrutiva da mama, realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja feita no mesmo tempo cirúrgico e inclua a reconstrução da aréola e do mamilo ([PL 7720/17](#)).

[CCJ aprova proposta que obriga hospitais a oferecer locais apropriados para repouso de enfermeiros](#)

27/11/2018

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (27), o [Projeto de Lei 4998/16](#), do Senado, que obriga as instituições de saúde públicas e privadas, como hospitais e clínicas, a oferecer condições adequadas de repouso, durante o horário de trabalho, aos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e às parteiras. O projeto modifica a [Lei 7.498/86](#), que regulamenta o exercício da enfermagem.

[Congresso recebe MP que limita empréstimo do FGTS para hospital filantrópico a 2022](#)

27/11/2018

A Medida Provisória 859/18, publicada nesta terça-feira (27) e já em tramitação no Congresso Nacional, limita os empréstimos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os hospitais filantrópicos e sem fins lucrativos até o final de 2022. A proposta altera a Lei 8.036/90 (Lei do FGTS).

Senado Federal

[Mortalidade por aids no Brasil cai e casos de HIV aumentam](#)

30/11/2018

Primeiro de dezembro é o Dia Mundial de Luta contra a Aids. No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, a mortalidade pela doença caiu, mas o número de casos de pessoas com o vírus HIV triplicou nos últimos cinco anos. Há

um ano o Congresso Nacional aprovou a criação do Dezembro Vermelho. Hoje a lei que instituiu a campanha garante atividades de conscientização durante todo o mês.

[Projeto que reduz tempo de patente de medicamentos começa a tramitar](#)

29/11/2018

Começou a tramitar no Senado um projeto que limita em 20 anos a propriedade das patentes de medicamentos. O [PLS 437/2018](#), do senador José Serra (PSDB-SP), elimina esse prazo para adaptar a legislação brasileira ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips, na sigla em inglês), da Organização Mundial do Comércio (OMC), do qual o Brasil é signatário.

[Comissão especial vota novo Código Comercial na terça-feira](#)

29/11/2018

A comissão temporária para reforma do Código Comercial vota na próxima terça-feira (4), às 14h30, o relatório do senador Pedro Chaves (PRB-MS). Ele é favorável, com mudanças, ao projeto de lei do Senado (PLS) [487/2013](#), elaborado por uma comissão de juristas e apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), então presidente do Senado. O texto disciplina a organização e a exploração de empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo.

[Amorim defende que SUS garanta abastecimento de medicamento com canabidiol](#)

29/11/2018

Em discurso nesta quinta-feira (29), o senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) posicionou-se contra o projeto da descriminalização do plantio e uso da maconha para uso medicinal, o Projeto de Lei do Senado [\(PLS\) 514/2017](#), aprovado esta semana na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ele defendeu que o Sistema Único de Saúde (SUS) garanta o abastecimento do me-

dicamento para quem o utiliza, e não a produção caseira e sem controle.

[ANS explica em audiência pública novos critérios para reajuste dos planos de saúde](#)

28/11/2018

Representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) explicaram os novos critérios de reajuste dos planos de saúde em audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A metodologia, ainda em análise, incentiva a eficiência das empresas e leva em conta a faixa etária dos usuários, a inflação e as despesas das seguradoras com a assistência médica, como exames, consultas e internações. O coordenador da área que elaborou a fórmula, Bruno Morestrello, disse que a mudança dará mais transparência e previsibilidade aos usuários.

[CDH aprova obrigatoriedade de fraldário em locais de grande circulação](#)

28/11/2018

A obrigatoriedade de instalação de fraldário e banheiro familiar em lugares movimentados [\(PLS 152/2018\)](#) foi aprovada, nesta quarta-feira (28), na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH). A proposta, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), abrange locais públicos ou privados onde há grande circulação e concentração de pessoas como **hospitais**, universidades, centros de convenções e centros comerciais.

[Proposta de reajuste dos planos de saúde considera despesas médicas, faixa etária e gestão eficiente](#)

28/11/2018

Representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) apresentaram a nova fórmula de cálculo de reajustes aplicados pelas operadoras de planos de saúde. A reunião foi na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta quarta-feira (28) e foi acompanhada pelo diretor de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS, Rogério Scarabel.

[Coleta de dados estatísticos sobre pessoas com deficiência pode se tornar obrigatória](#)

27/11/2018

Na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) desta quarta-feira (28) está o projeto que determina que as pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por outras instituições públicas de pesquisa, deverão gerar dados e informações sobre a aptidão para o trabalho das pessoas com deficiência ([PLS 316/2016](#)).

[Pessoas atendidas pelo SUS em hospitais privados poderão ter direito a defesa do consumidor](#)

22/11/2018

Os atendimentos de saúde fornecidos por meio de pagamento indireto, como em hospitais privados no âmbito do SUS, por exemplo, poderão ser classificadas como serviço e incluídas no Código de Defesa do Consumidor (CDC). É o que prevê o [Projeto de Lei da Câmara 121/2018](#), recém-chegado ao Senado Federal e que aguarda definição de relator na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

[Percentual de recursos de multas poderá ser destinado à saúde](#)

22/11/2018

Pelo menos 10% do total de recursos arrecadados com multas de trânsito deverá ser investido em ações e serviços de saúde que atendam a vítimas de acidentes de trânsito, caso se torne lei o Projeto de Lei do Senado ([PLS 436/2018](#)), do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que aguarda análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

[Senado aprova MP que cria linha de crédito de R\\$ 4,7 bi para hospitais filantrópicos](#)

21/11/2018

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (21) a medida provisória que cria uma linha de crédito de R\$ 4,7 bilhões com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Como houve uma modificação redacional no texto, a matéria ([MP 848/2018](#)) será enviada para nova análise da Câmara dos Deputados. De acordo com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, se o texto for aprovado sem modificações pelos deputados, a própria Câmara enviará a MP à sanção da Presidência da República.

[Comissão quer informações sobre descarte irregular de lixo hospitalar em Tocantins](#)

21/11/2018

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou nesta quarta-feira (21) dois requerimentos do presidente do colegiado, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Um deles pede esclarecimento do ministro da Saúde sobre denúncias de descarte irregular do lixo hospitalar em Tocantins.

[Regulamentação da profissão de psicomotricista é aprovada na CCJ](#)

21/11/2018

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer a favor do projeto que regulamenta o exercício da profissão de psicomotricista e autoriza a criação dos conselhos federal e regionais de psicomotricidade ([PLC 74/2018](#)). A votação foi feita na manhã desta quarta-feira (21), e o texto ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

[Exame de ordem para médicos divide opiniões em audiência pública](#)

20/11/2018

A aplicação de um exame de ordem para médicos recém-formados, prevista no Projeto de [Lei do Senado 165/2017](#), dividiu opiniões

entre membros de instituições representativas que participaram de um debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), nesta terça-feira (20). De autoria do senador Pedro Chaves (PSC-MS), o projeto pretende instituir a realização de uma prova de proficiência, assim como ocorre com os bacharéis em direito, que só podem advogar depois de aprovados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

[Sistema S não pode cobrar tributos, diz Ataídes](#)

20/11/2018

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou nesta terça-feira (20) a prática das entidades do Sistema S, como Sesi e Senai, de continuar recolhendo contribuições sociais compulsórias, quando a arrecadação tributária deve ser de “estrita competência do Estado e exercida por servidores de carreira” segundo a Constituição. Ataídes lembrou o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que classificou essas contribuições como tributos, e do Tribunal de Contas da União, que decidiu que o Sistema S não pode recolher esses valores diretamente dos contribuintes.

[CAE apoia pagamento de salário-maternidade pelo empregador em casos de adoção](#)

20/11/2018

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira (20) projeto ([PLS 142/2016](#)) que garante o pagamento do salário-maternidade diretamente pelo empregador ao segurado que adote ou obtenha a guarda judicial de criança para fins de adoção.

[Lei oficializa campanha Outubro Rosa em órgãos federais](#)

19/11/2018

A campanha “Outubro Rosa”, de conscientização sobre o câncer de mama, está oficializada na administração pública federal. É o que estabelece a [Lei 13.733, de 2018](#), sancionada e publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (19). A nova lei tem

origem no Projeto de Lei da Câmara [PLC 32/2018](#), de autoria dos deputados Carmen Zanotto (PPS-SC) e Dr. Jorge Silva (SD-ES), aprovado pelo Senado no último dia 30.